VIOLÊNCIA E EXPROPRIAÇÃO FUNDIÁRIA NA CHEGADA DA FRENTE PIONEIRA À MICRO-REGIÃO DO MÉDIO TOCANTINS-ARAGUAIA

VIOLENCE AND LAND EXPROPRIATION ON THE ARRIVAL OF PIONEERING FRONT AT THE MIDDLE TOCANTINS-ARAGUAIA MICRO-REGION

VIOLENCIA Y EXPROPRIACIÓN DE TIERRAS EN LA LLEGADA DE LA FRENTE PIONERA A LA MICRO-REGIÓN DEL MEDIO TOCANTINS-ARAGUAIA

Victor Ferri Mauro

Professor e pesquisador da UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), Campus de Naviraí; mestrando do Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de Ciências Humanas, UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados).
Email: victorfmauro@yahoo.com.br

Jorge Eremites de Oliveira

Professor e pesquisador da UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados), Faculdade de Ciências Humanas, do Programa de Pós-Graduação em História e coordena o ETNOLAB (Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história)
Email: eremites@ufgd.edu.br

Resumo: Até o fim dos anos 1950, o Médio Tocantins-Araguaia era uma região praticamente isolada e sem conexão com os grandes centros urbanos do país. Seus ocupantes eram em maior parte indígenas e camponeses, praticantes de uma economia de subsistência. Com a inauguração da rodovia Belém-Brasília (BR-153), em 1960, ocorreu um grande afluxo de pessoas para a região, valorizando as terras e despertando a cobiça de grileiros e especuladores, que expulsaram os antigos ocupantes. Intensificou-se a concentração fundiária. Ocorreram mudanças nas formas de produção, com a incorporação de tecnologias modernas. Cresceram o desemprego e a exploração do trabalho. Os ecossistemas regionais sofreram séria degradação com a intensificação da monocultura e da pecuária.

Palavras-chave: frente pioneira; colonialismo interno; conflitos fundiários; índios; história indígena.

Abstract: Until late 1950s, the Medium Tocantins-Araguaia region was isolated and disconnected from the major urbarn centers of the country. Its inhabitants were mostly farmers and indigenous, practitioners of subsistence economy. Due to the opening operation of the Belém-Brasília highway (BR- 153), in 1960, there was a great influx of people there, overvaluing the real estate and motivating the greed of land grabbers and speculators, who expelled the long-term residents of the area. The land concentration was intensified. There were changes in the production means with the incorporation of modern technologies. Unemployment and work abuse increased. The local ecosystems suffered severe degradation due to the intensification of monoculture and cattle rising.

Key-words: pioneering front; internal colonialism; land conflict; indians; indigenous history.

Resumen: Hasta finales de años 1950, el Medio Tocantins-Araguaia era prácticamente una región aislada y sin conexión con los grandes centros urbanos de Brasil. Las personas que vivian en la zona eran en grande parte indígenas y campesinos que practicavan una economía de sosteniencia. Con la inauguración de la carretera Belém-Brasília (Ruta BR-153), en 1960, ocurrió un grande flujo de gente para la región, valorando las tierras y despertando la codicia de "grileiros" (usurpadores de tierras) y especuladores, que expulsaron los antiguos ocupantes de las tierras. Por este motivo se intensificó la concentración fundiária en la región, ocurrieron cambios en las formas de producción con la incorporación de tecnologías modernas, y crecieron el desempleo y la explotación del trabajo. Los ecossistemas regionales sufrieron cambios y gradaciones con la intensificación de la monocultura y ganadería.

Palabras clave: frente pionera; colonialismo interno; conflictos fundiários; indios; historia indígena.

INTRODUÇÃO

Neste artigo analisamos o processo de extravasamento da fronteira capitalista a partir da década de 1960 na micro-região do Médio Araguaia-Tocantins, localizada no antigo norte de Goiás, atual estado do Tocantins e região Norte do Brasil, com a abertura da rodovia federal BR-153, conhecida como Belém-Brasília ou Transbrasiliana.

A construção dessa estrada possibilitou a integração econômica das áreas ao entorno de seu eixo para com os grandes mercados nacio-

nais. Com isso houve o aumento significativo do valor das terras na região e o despertar da cobiça de grileiros e empresas imobiliárias que para lá se deslocaram. A situação então emergida teve ainda incentivos de órgãos governamentais de fomento e crédito. Eles minimizaram as possibilidades de risco dos investimentos e atraíram, para aquela região, empreendedores capitalistas oriundos de outras partes do país. Esta situação também impulsionou o crescimento urbano em várias áreas do atual estado do Tocantins.

Com isso, a lógica de mercado foi imposta sobre o modo de vida dos moradores mais antigos dessas localidades, sobretudo índios, posseiros e camponeses pobres. Essas pessoas procuravam resistir da forma que era possível ao esbulho das terras que ocupavam e à exploração a que passaram a ser submetidas nas relações sociais e de trabalho. Dessa forma, vários conflitos foram deflagrados, alguns deles bastante violentos, nos quais os mais prejudicados foram os que possuíam menos poder econômico e político. A situação constatada lembra, e muito, a existência de um colonialismo interno no Brasil, caracterizado pela opressão e exploração moderna das chamadas *frentes pioneiras* sobre os povos e comunidades tradicionais que lá estavam estabelecidos desde muito tempo.



Figura 1: Localização da área da Rodovia BR 153, conhecida Belém-Brasília ou Transbrasiliana.

Fonte: http://mapsof.net/brazil/static-maps/gif/br-153. Acesso em: 20 set. 2010.

O NORTE DE GOIÁS NOS PRIMEIROS 60 ANOS DO SÉCULO XX

Até meados do século XX, a região norte de Goiás, aquela que corresponde ao atual estado do Tocantins, permanecia como uma área de difícil acesso e com menos densidade populacional em comparação a outras regiões do país. As vias de transporte e comunicação eram precárias e por isso suas terras despertavam pouco interesse de fazendeiros, industriários etc. Até idos dos anos 1940, a área compreendida entre os cursos médios dos rios Araguaia e Tocantins era território quase que exclusivo de povos indígenas, comunidades tradicionais – como as quilombolas, por exemplo – e alguns posseiros de poucos recursos financeiros. A partir de então começou a ocorrer um gradual aumento do povoamento regional, principalmente em decorrência da extração de óleo vegetal de babaçu, também denominado em botânica de *Orrbignya speciosa*. Pouco depois houve o crescimento da atividade do garimpo de cristal de quartzo em cidades como Pium, Dueré e Cristalândia, o que promoveu um afluxo um pouco mais intenso de pessoas para a região (BARBOSA, 1996, p. 10-13).

Dessa situação decorreram os primeiros conflitos pela posse da terra e dos recursos naturais nelas existentes. Frente à resistência imposta pelos índios contra a ocupação de seu território, garimpeiros ensejaram verdadeiros massacres contra os povos originários da terra. Pouco tempo mais tarde, as lavras se escassearam e o garimpo então decadente cedeu espaço à pecuária extensiva. Mas até por volta dos anos 1950, o antigo norte de Goiás ainda era considerado uma região longínqua, espécie de *sertão* no imaginário de parte da população dos grandes centros urbanos do país, pois estava relativamente isolada das regiões economicamente mais dinâmicas do país. Pela falta de vias terrestres, a região dependia quase que exclusivamente da navegação fluvial para estabelecer contatos com outros pontos do território nacional.

Por questão de logística, suas relações comerciais eram mais intensas com os estados do Maranhão e do Pará, no Norte do país, do que com os estados do Centro-Oeste, Nordeste e Sudeste da Federação. A importância da região para a economia de Goiás era pouco expressiva para os parâmetros capitalistas de produção. Até esse período o crescimento das frentes de atividades produtivas ocorria basicamente de maneira espontânea, e o envolvimento dos governos era praticamente

nulo. Segundo Borges (1998), as terras da região permaneciam com baixo índice de ocupação e tinham pouco valor comercial. Nas palavras do referido autor:

> Apenas algumas famílias de posseiros exploravam áreas de terras devolutas *[que legalmente pertenciam ao Estado Brasileiro]* dedicando-se a lavouras de subsistência como atividade básica. As matas do vale do Araguaia e seus afluentes constituíam um sertão bruto de terras povoadas apenas por tribos indígenas. As terras de campo e cerrado estavam esparsamente exploradas pela pecuária extensiva. As grandes propriedades e a tradicional atividade pastoril tornavam a área verdadeiros vazios demográficos. (BORGES, 1998, p. 163).

Até o final da década de 1950, ocorria nessa área um movimento de colonização que pode ser chamado de *frente de expansão*. De acordo com Martins (1971, 1997), essa frente é caracterizada pelo uso privado das terras devolutas por posseiros e outros ocupantes de pequeno porte. Seus agentes eram em geral camponeses que não detinham títulos de propriedade e que exploravam a terra para obter, em primeiro lugar, a produção para sua subsistência e, quando possível, um pequeno excedente destinado às trocas mercantis. Havia também a presença de alguns garimpeiros. A maioria dessas pessoas era proveniente dos estados do Piauí e Maranhão, organizados em famílias ou grupos de amigos (VALVERDE e DIAS, 1967). No entanto, o mesmo movimento pode ser caracterizado como um *colonialismo interno*, situação em vigor em plena época do Brasil Republicano, tal qual analisado por González Casanova (1963, 2002, 2006) e Cardoso de Oliveira (1978 [1966]).

Neste sentido, deve-se esclarecer que o colonialismo interno de que trata os referidos autores não tem a ver com um período temporal historicamente situado entre 1500 e 1822, época do Brasil Colônia. Trata-se de um conjunto de relações sociais e de poder, práticas e saberes que marcam a relação do Estado e da sociedade nacional para com minorias etnicamente distintas, como é o caso de situações sócio-históricas decorrentes do avanço das *frentes de expansão*.

A *frente de expansão*, por seu turno, integra-se na formação capitalista pela absorção do excedente demográfico que não pode ser contido dentro da fronteira econômica e pela chamada *economia do ex-*

cedente, na qual os produtores dedicam-se em primeiro lugar à própria subsistência; apenas em segundo plano promovem a troca ou venda de produtos excedentes (MARTINS, 1971). As relações sociais travadas nesse cenário não são determinadas pela produção de mercadorias, e a terra não é apropriada como bem de capital. Ao contrário, sua importância básica reside no valor de uso. Sob outro olhar, e para além das lutas dos trabalhadores nacionais, a *frente de expansão* está diretamente ligada a uma situação de *colonialismo interno*, pois tem a ver com processos de esbulho, desterritorializações e até tentativas de etnocídio contra povos e comunidades etnicamente distintos em relação à sociedade nacional.

Segundo Cardoso de Oliveira (1978, p. 81):

> O estudo do colonialismo interno no Brasil teria, assim, o mérito de transformar a *questão indígena* – que a muitos pode parecer irrelevante – num sensível microscópio através do qual seriam conhecidos aspectos novos do Segundo Brasil, sua dinâmica expansionista, o sistema de poder que lhe é inerente – e cuja primeira vítima é o Brasil Indígena. A dialética das relações entre as classes (trabalhadoras e empresariais) e os grupos tribais, como descrevi em *O Índio e o Mundo dos Brasil* e como fizeram Laraia & Da Matta em *Índios e Castanheiros*, constituiria o fulcro da investigação desse Terceiro Brasil.

Nas palavras de González Casanova (2006, p. 409:

> En una definición concreta de la categoría de colonialismo interno, tan significativa para las nuevas luchas de los pueblos, se requiere precisar: primero, que el colonialismo interno se da en el terreno económico, político, social y cultural; segundo, cómo evoluciona a lo largo de la historia del Estado-nación y el capitalismo; tercero, cómo se relaciona con las alternativas emergentes, sistémicas y antisistémicas, en particular las que conciernen a "la resistencia" y "la construcción de autonomías" dentro del Estado-nación, así como a la creación de vínculos (o a la ausencia de estos) con los movimientos y fuerzas nacionales e internacionales de la democracia, la liberación y el socialismo.

A noção de colonialismo interno, portanto, torna-se um paradigma relevante para analisar os contatos interétnicos, sobretudo entre os povos indígenas e a sociedade envolvente (Estado, fazendeiros, trabalhadores rurais, extrativistas etc.), e as mudanças sócio-históricas e culturais deles decorrentes, incluindo, por exemplo, os processos de territorialização (PACHECO DE OLIVEIRA, 1987, 1988a, 1988b, 1999). À luz da antropologia, o paradigma do colonialismo interno vai ao encontro dos estudos pós-coloniais e da chamada antropologia do colonialismo (ASAD, 1973; ASHCROFT, GRIFFITHS e TIFFIN, 2006; BENSA, 2006; BHABHA, 2003; FABIAN, 1991, 1996, 2001; FANON, 1968; PELS, 1997, 2008; SAID, 2003; SMITH, 2005; STOCKING JR., 1991; WILLIAMS e CHRISMAN, 1994; etc.).

Com efeito, nos anos 1950 alguns pecuaristas já exploravam largas porções de terra e obtinham uma produtividade maior, mas ainda longe de poderem ser considerados grandes empreendedores, ao menos segundo os parâmetros capitalistas da época. Não conseguiam adquirir um excedente de capital suficiente para investir em grandes projetos como, por exemplo, os de agricultura irrigada, que anos mais tarde seriam implantados na região por produtores vindos de fora.

Segundo Toral (1999, p. 16-18), nessa época o povo indígena Javaé habitava a Ilha do Bananal e as cercanias ao lado leste daquela área. Até então os índios mantinham pouquíssimos contatos com a população do entorno, que se adensaram a partir dos recém fundados municípios de Pium, Dueré e Cristalândia, onde começava a ser instalado um número crescente de fazendas.

Nesse sentido, portanto, *frente de expansão* e *colonialismo interno* são conceitos importantes para a compreensão do processo sócio-histórico caracterizado, também, pelo esbulho sofrido por povos indígenas expulsos de seus territórios tradicionais. São ainda bastante úteis para o entendimento das relações sociais e de poder, linguagens, práticas e saberes que marcam a relação do Estado e de amplos segmentos da sociedade nacional para com minorias étnicas, inclusive a desterritorialização e a reterritorialização a elas impostos.

MUDANÇAS COM A CONSTRUÇÃO DA BELÉM-BRASÍLIA

O Presidente Juscelino Kubitschek (JK), que governou o país entre 1956 e 1960, tinha como uma de suas principais metas a interligação de todas as macro-regiões do Brasil através de rodovias. Esta também era uma estratégia para estimular a produção da indústria automobilística que se instalava no Sudeste do país naquele momento.

Uma das grandes realizações de JK foi a inauguração da BR-153, que ligava Belém a Brasília, a nova Capital Federal. O seu traçado foi estabelecido em 1956 e a obra inaugurada oficialmente no término de seu mandato, em 1960, ainda que o empreendimento não estivesse totalmente asfaltado (MARTINE, 1978, p. 59).

A rodovia cortava praticamente de norte a sul o atual estado do Tocantins. Ao entorno de seu eixo, outras estradas foram posteriormente abertas, o que ampliou a malha viária regional, embora de forma insuficiente para interligar todos os espaços do antigo norte de Goiás.

A abertura dessa rodovia federal promoveu uma maior relação daquela região do antigo estado de Goiás com as zonas de maior desenvolvimento econômico do país. Por outro lado, estimulou a migração para região de pessoas oriundas de estados vizinhos, principalmente do Maranhão, de onde partiram colonos que praticavam o extrativismo, a agricultura e a pecuária itinerante. Isso ocorreu mais acentuadamente na zona compreendida entre os rios Araguaia e Tocantins.

Inicialmente, a forma desordenada e não assistida de assentar esse novo contingente humano mostrou-se incapaz de proporcionar a fixação efetiva de um grande número de "colonos" em relação à dimensão dos espaços disponíveis (MARTINE, 1978, p. 82)[1]. Pouco depois, aportam na região pecuaristas e grupos industriais do Centro-Sul do país e também do exterior, interessados na valorização das terras, já vis-

[1] No dicionário **Aurélio**, o substantivo "colono", do latim *colonu*, possui vários sentidos, dos quais dois são bastante usuais no Brasil: (1º) "Membro de colônia[1] (1) vindo para o Brasil com o fim de trabalhar na lavoura"; (2º) "Trabalhador agrícola ou pequeno proprietário rural, esp. quando imigrante ou descendente deste" (HOLANDA FERREIRA, 2004). No caso deste trabalho, o referido termo é aqui empregado no sentido de trabalhadores rurais e pequenos proprietários de terras, originários de outras regiões do país, que migraram para a área objeto do presente estudo. Faz-se necessário apresentar esta explicação para que o uso do termo não seja confundido como a ideia de indivíduo ligado ao ato ou efeito de colonizar áreas despovoadas de seres humanos socialmente organizados.

lumbradas como possível reserva de valor, algo que produziu um novo povoamento de maior impacto naquela parte do território nacional (LISITA, 1996, p. 34). Por este motivo,

> Mais do que incremento populacional, essa rodovia alterou, em grande parte, o sentido "espontâneo" das frentes de expansão. A migração agora era também de goianos, mineiros e paulistas, não mais ocorria como um extravasamento de atividades extensivas. Ao contrário, ela projetava a privatização da terra e a mercantilização da economia regional, ocorridas com o avanço da fronteira agrícola. (AJARA *et al.*, 1991, p. 12).

A estrutura socioeconômica do norte goiano foi alterada drasticamente com a consolidação da expansão da fronteira agrícola. Esta situação também estimulou o crescimento urbano e o desenvolvimento de cidades ao longo do eixo da BR-153, a exemplo de Araguaína, Gurupi e Porto Nacional (PRODIAT, 1985, p. 8).

O referido empreendimento rodoviário ainda foi a porta e ponta de lança para um novo processo de ocupação das áreas de Cerrado e mata da planície do Araguaia (MELO, 2006, p. 28). Segundo Brito (2009, p. 66), no decênio de 1960, os trechos situados entre Gurupi e Paraíso do Norte (Tocantins), ao longo do eixo da Belém-Brasília, foram ocupados por latifúndios, onde predominava o pastoreio extensivo. Em Gurupi, além da pecuária, havia uma vasta produção de arroz, feijão, algodão e mandioca.

Por outro lado, simultaneamente houve um razoável decréscimo da população de cidades tradicionais vinculadas à circulação fluvial (BECKER, 1977, p. 38-40). Com isso, antigos núcleos populacionais do vale do rio Tocantins se estagnaram economicamente. Como resultado desta nova situação sócio-histórica, sua população rural, pobre e sem terra, migrou em massa para áreas mais próximas da rodovia ou para a bacia do Médio Araguaia, onde se iniciava a produção de arroz em larga escala e a extração do mogno (BORGES, 1998, p. 165; VALVERDE e DIAS, 1967, p. 90).

O movimento "colonizador" (colonialista) que começou a tomar vulto no antigo norte de Goiás, no início dos anos 1960, pode ser enquadrado no que Martins (1971) definiu como *frente pioneira*, a qual se caracteriza pela incorporação de novas regiões pelas economias

de mercado. Sem embargo a este conceito, esse movimento também pode ser visto como um *colonialismo interno* se considerados os aportes de González Casanova (1963, 2002, 2006) e Cardoso de Oliveira (1978).

Dessa maneira, a *frente pioneira*, carro-chefe do *colonialismo interno* no interior do país, surgiu como resultado direto da necessidade de reprodução da sociedade capitalista e se apresentou como nova fronteira econômica. Com isso, a produção do excedente deu lugar à produção da mercadoria, e a própria terra deixou de ser um mero recurso natural e adquiriu aspecto de bem mercantil.

Na verdade, a terra não foi mais apropriada por meio de ocupação ou posse tradicional, mas sim através da compra, o que não raramente precedeu o esbulho dos povos e comunidades tradicionais que as ocupavam até então. Tornou-se, pois, mercadoria, bem e propriedade privada. E isso tudo foi feito com a devida legalização por parte do Estado Nacional, instituição que titulou territórios tradicionais a favor de terceiros, os representantes das *frentes pioneiras*. Logo, o funcionamento do mercado passou a ser o regulador das relações econômicas, e o termômetro da pobreza e da riqueza. Uma característica marcante desta situação é a instalação de empreendimentos econômicos de médio e grande porte, como usinas hidrelétricas, empresas imobiliárias, latifúndios, empresas comerciais, bancos etc., que visam exclusivamente o lucro e sustentação de certas práticas e relações de poder (MARTINS, 1971, p. 35-38; GONZÁLVEZ CASANOVA, 2002, 2006).

INCENTIVOS GOVERNAMENTAIS AOS GRANDES PROPRIETÁRIOS

Os governos militares que se sucederam de 1964 até 1985, época do regime militar implantado com o golpe de 1964, apoiaram a ocupação da Amazônia Legal por grandes empresas privadas de capital nacional e estrangeiro. Este processo se deu através da concessão de linhas de crédito, com condições bastante facilitadas de pagamento, disponibilizadas pela SUDAM (Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia) e pelo BASA (Banco da Amazônia S/A). Havia também a política da renúncia fiscal e regularização – a favor de representantes das *frentes pioneiras* – da propriedade de terras devolutas, muitas das quais em posse de povos e comunidades tradicionais e posseiros.

Segundo Martins (1986, p. 19), em vários casos a isenção tributária chegava a 50% do imposto de renda e o capital subsidiado do empreendimento podia chegar a 75%. Os pequenos produtores, por sua vez, não tinham acesso às mesmas facilidades, mesmo porque não possuíam título de propriedade das terras que ocupavam e não detinham bens que pudessem empenhar como garantia para obter empréstimos.

Como resultados das políticas governamentais no norte de Goiás, entre 1970 e 1975, a área colhida de arroz na região foi ampliada em 62%. A utilização de máquinas agrícolas aumentou 580,7% no mesmo período, e 399,0% entre 1975-1980, o que comprova um salto em direção à tecnificação. A produção pecuária, por seu turno, sofreu um incremento de 150% entre 1970 e 1980 (AGUIAR, 2007, p. 792). Isso porque desde o início da chegada da *frente pioneira*, o Médio-Araguaia foi a região que mais se destacou na produção de arroz e gado bovino. A grande maioria dos projetos financiados voltou-se para a pecuária bovina, uma atividade mais estável, de menor risco e menos susceptível a oscilações de preço (AGUIAR, 2007, p. 792).

Os recursos disponibilizados por meio dos empréstimos, em muitos casos recebiam uma destinação diversa da que era esperada. Ao invés de investir na produção propriamente dita, dada a rápida valorização do preço da terra, que superava a inflação, vários empresários preferiam aplicar os recursos na capitalização de outras empresas, na ampliação das propriedades ou na aquisição de outras terras para a especulação futura (LOUREIRO e PINTO, 2005, p. 78).

De acordo com Cavalcante (1999, p. 28), no norte de Goiás daquela época, "verificou-se que embora a expansão capitalista tenha contribuído para uma 'efetiva ocupação da terra' não a tornou propriamente produtiva, mas sim, em campos de pastagem e latifúndios vazios – ocupados apenas com fins especulativos".

A ociosidade das terras afetou inclusive glebas de melhor qualidade, equipadas por serviços básicos, que gozavam de incentivos fiscais e eram assistidas por programas sociais (AGUIAR, 2007, p. 793). A quase inexistência de fiscalização e as vistas grossas de autoridades facilitavam essa distorção (BARBOSA, 1989/1990). Outra medida usada pelo Governo Federal para incentivar a instalação dos grandes empreendimentos no campo foi investir em setores ligados à infra-estrutura, pesquisa e

planejamento, com vistas a socializar os custos operacionais (GUIMARÃES, INNOCÊNCIO e BRITO, 1984, p. 241).

Intensificou-se, então, a implantação das formas de produção capitalistas no campo e a concentração fundiária no antigo norte de Goiás. Os governos federal e estadual protegiam os grandes latifúndios, ao invés de priorizar, por exemplo, as políticas de reforma agrária e a regularização das terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas. Justificavam suas ações sob a argumentação de que um modelo agrário organizado em torno da pequena propriedade não daria certo, pois estariam nas grandes propriedades as condições necessárias para o Brasil produzir alimentos em larga escala para abastecer os mercados interno e externo.

TRANSFORMAÇÕES NO SISTEMA PRODUTIVO E NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO CAMPO

Nas décadas de 1960 e 1970, o Brasil se industrializava rapidamente. O setor da agroindústria demandava crescentemente produtos a serem transformados. Esta situação induzia a um expressivo aumento da produtividade, obtido através da mecanização da lavoura e da utilização de adubos, fertilizantes e outros insumos. As terras localizadas mais próximas dos mercados consumidores foram as que obtiveram maior valorização no período, por serem as mais procuradas para a produção de gêneros agrícolas de maior valor comercial (AGUIAR, 2007, p. 791-792).

A inserção das formas capitalistas de produção nessas duas décadas modificou seriamente o panorama econômico do norte goiano, conforme explicado adiante:

> Áreas até então fracamente ocupadas tiveram sua estrutura produtiva alterada afetando a composição da mão-de-obra empregada, como também absorvendo inovações diversas introduzidas por empreendimentos públicos e privados voltados para mercados extra-regionais já consolidados. Os antigos sistemas de roças, o extrativismo vegetal, a pecuária em sistema comunal foram sendo desmantelados pela dinâmica capitalista no campo, projetando a incorporação privada da terra pela expansão de grandes estabelecimentos rurais e a

> adoção do trabalho assalariado em substituição às formas tradicionais de relação de trabalho. (AJARA *et al.*,1991, p. 8).

Sobre o assunto, Guimarães, Innocencio e Brito (1984, p. 361) verificaram na região do Médio Tocantins-Araguaia profundas alterações nos sistemas de cultivo, na estrutura fundiária e nas relações sociais de produção durante a década de 1970. A concentração de terras foi intensificada e passaram a predominar na paisagem regional os grandes empreendimentos agropecuários, que tinham como base a pecuária extensiva e a agricultura mecanizada voltada para a produção comercial de grãos. Esses projetos operavam de acordo com um modelo de gestão empresarial, com alto conhecimento técnico-científico agregado. Por isso demandavam um tipo de mão-de-obra mais especializada, recrutada geralmente fora da região, para atuar em funções como agrônomos, técnicos agrícolas, zootecnistas, veterinários e funcionários administrativos. Para estes profissionais, pagava-se um bom salário segundo os parâmetros regionais.

O mercado de trabalho na grande propriedade absorveu apenas uma pequena parte do contingente de "colonos", bem como de demais trabalhadores desalojados de suas terras e daqueles que migraram para trabalhar na abertura das fazendas e na construção da rodovia Belém-Brasília.

A agricultura mecanizada dispensava o trabalho humano em grande parte. Trabalhadores que possuíam baixa escolaridade e qualificação técnica, geralmente eram alocados em serviços temporários nas grandes fazendas, sem direito à carteira de trabalho ou a contrato assinados. Percebiam uma remuneração ínfima e se dedicavam a atividades mais insalubres, para as quais era exigida menor especialização formal, tais como: peões, vaqueiros, empregados no plantio e na colheita, faxineiros etc. Não são raros os casos de indígenas que se inseriram nesse sistema de produção e nela alienaram sua força de trabalho.

Nas fazendas, o acesso aos meios de produção para a prática de atividades de subsistência geralmente era negado às famílias dos trabalhadores. Determinados alimentos que produziam quando eram posseiros ou parceiros, já não lhes eram acessíveis por meio de compra com os baixos salários que recebiam na condição de empregados assalariados. Esse aspecto acarretava um empobrecimento do valor nutricional da dieta dessas pessoas, e as deixam debilitadas e mais vulneráveis a enfermidades.

A citação que segue abaixo apresenta uma descrição bastante interessante do processo de precarização das formas de trabalho rural no Médio Tocantins-Araguaia, durante os anos 1970:

> [...] o modo de produção capitalista, ao intensificar as atividades produtivas privilegiando outros fatores de produção que não a mão-de-obra, e subordinando todas as demais formas de produção, ocasionou uma restrição da oferta de empregos na área. O expressivo contingente de trabalhadores locais mantido ao nível da simples sobrevivência vê-se obrigado a vender sua força de trabalho aos empreendimentos capitalistas a um preço muito baixo. O importante, portanto, é que os trabalhadores, fossem estes pequenos produtores não capitalistas ou peões, constituíam uma fração de classe trabalhadora em disponibilidade, podendo ser utilizada a baixo custo, segundo as necessidades de acréscimo da produção capitalista, mas que pode, também, ser rejeitada quando inoportuna. (GUIMARÃES, INNOCÊNCIO e BRITO, 1984, p. 361).

Vários ex-posseiros e pequenos produtores rurais migraram para outras localidades em busca de "terras livres", quer dizer, de áreas ainda não alcançadas pelas forças capitalistas no campo, inclusive de terras devolutas em posse de povos e comunidades tradicionais. Outros se instalaram nas periferias das cidades para aproveitar as raras oportunidades de emprego que apareciam (MARTINE, 1978, p. 63). Esse êxodo para a cidade impulsionou o crescimento da população urbana na região, sem que as cidades estivessem preparadas com infra-estrutura e serviços básicos (saneamento, educação, saúde, transporte etc.) para atendê-la, além de oportunidades de emprego, visto que o processo de acumulação capitalista local era bastante incipiente (AGUIAR, 2007, p. 794).

ESPECULAÇÃO, GRILAGEM E VIOLÊNCIA

Antes mesmo de a rodovia ficar pronta, começou a especulação imobiliária nas terras que a margeariam. Segundo Guimarães (1982, p. 223), tão logo se confirmou a notícia de sua construção, aproveitadores ou grileiros começaram a falsificar documentos de terras para depois

vendê-las no Sul e no Sudeste. Na opinião de Borges (1998, p. 164), o processo de ocupação de terras no norte de Goiás, induzido pela construção da BR-153, "deu-se de forma anárquica, obedecendo a 'lei do mais forte'". Ainda de acordo como o referido autor (*Ibid*, p. 167), empresas e grileiros formaram milícias particulares de jagunços, que, muitas vezes, contavam com a conivência de autoridades corruptas e com o apoio militar das polícias locais.

As áreas de mata eram mais procuradas e sofreram uma valorização mais acentuada que as de cerrado. Grandes projetos madeireiros e agropecuários começaram a afluir para esses locais. Novos territórios eram "desbravados" através da derrubada da mata nativa para inserir a criação extensiva de gado e a agricultura mecanizada. Esta última, além de utilizar agrotóxicos, drenava um grande volume da água dos rios para irrigar as plantações e dessa forma causava impactos ambientais negativos de grande magnitude (NETO, 2001, p. 56).

Conforme Barbosa (1989/1990, p. 121), as "terras devolutas, tribais, invadidas ou ocupadas foram griladas ou compradas a preço simbólico, por grileiros, latifundiários, fazendeiros e empresários implicando na expulsão, ou subordinação de índios, sitiantes, caboclos, posseiros e colonos". Para muitos uma situação desse tipo só seria possível no período colonial, mas é exatamente sua existência que corrobora a tese do colonialismo interno tratado anteriormente, na qual a questão étnica é colocada em primeiro plano.

O processo especulativo das terras do Médio Tocantins-Araguaia girava, em certos casos, em torno de manobras político-eleitoreiras, segundo explicam os autores abaixo citados:

> A Micro-região vem sendo palco, desde fins da década de 50, de um verdadeiro "rush" de fazendeiros, sobretudo paulistas e mineiros, grileiros e posseiros, o que tem acarretado sérios conflitos sociais. Durante os primeiros anos da década de 60 instalou-se um processo de expropriação que pode ser denominado de "grilagem política", através da qual quando determinados candidatos políticos saíam vitoriosos nas eleições, escorraçavam os antigos posseiros e os substituíam por outros, seus partidários. (GUIMARÃES, INNOCÊNCIO e BRITO, 1984, p. 240).

Terras consideradas devolutas, porém ocupadas por posseiros, indígenas ou quilombolas, foram incorporadas pela iniciativa privada de forma fraudulenta, algo que deflagrou conflitos pela sua posse. Esse recurso natural, anteriormente destinado predominantemente para a reprodução social de seus ocupantes, adquiriu, a partir de então, um caráter de equivalente de mercadoria (BARBOSA, 1996, p. 13; ASSELIN, 1982, p. 19). A intensificação desse processo praticamente inviabilizava a ocupação da terra por formas espontâneas, e dificultava o estabelecimento de pequenas propriedades (LISITA, 1996, p. 35).

Asselin (1982, p. 21) lembra que quando a Belém-Brasília foi pavimentada por completo, aumentou ainda mais a cobiça dos grileiros, que formavam quadrilhas especializadas em incorporar fraudulentamente as terras de índios e de posseiros, dentre outros.

A falsificação e a adulteração de documentos de propriedade fundiária eram práticas comuns na região, a exemplo do que aconteceu em outros estados do Norte e do Centro-Oeste do Brasil naqueles tempos. As elites políticas tradicionais da região e as que emergiam se beneficiaram largamente dessas fraudes. O governo do estado de Goiás, por exemplo, só outorgava títulos de domínio a alguns poucos privilegiados (ALBERNAZ *apud* BARBOSA, 1996, p. 14).

Barbosa (1996) aponta que no Projeto Rio Formoso, um dos maiores projetos de cultivo de arroz irrigado do país, implantado em 1979 na micro-região do Médio Araguaia-Tocantins, com amplo apoio governamental, desde a disponibilização das terras até incentivos fiscais, foram beneficiados parentes do então governador Ary Valadão e outras pessoas próximas a ele. Produtores do Sul do país também receberam incentivos para se instalar na região. Já os agricultores locais ficaram excluídos do projeto.

> As cooperativas formadas no Projeto rio Formoso sempre estiveram no comando dos capitalistas do Sul do país, os agricultores locais não tiveram expressiva participação no cooperativismo, apenas foram expulsos de suas terras, tornando a área por um tempo como palco de lutas entre os cooperadores e a população local que reivindicava terras para plantar. (BRITO, 2009, p. 65).

No final da década de 1950, o governo goiano criou o IDAGO (Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás), órgão encarregado

de promover a venda e titulação de terras devolutas daquele estado e a "colonização" das mesmas. De acordo com Aguiar (2007:795), o referido instituto permitiu que posseiros que ocupavam pequenas áreas tivessem acesso à documentação, o que dificultava a ocorrência de práticas irregulares de apropriação bastante comuns até então.

Barbosa (1996, p. 14), no entanto, argumenta que essa instituição, em fins dos anos 1950, "funcionava como uma imobiliária" e favorecia a atuação de grileiros. Segundo o autor, no vale do Rio Javaés, o IDAGO arrecadou como terras devolutas do estado áreas ocupadas por posseiros e indígenas, depois as loteou e as repassou para terceiros, sem conferir se havia pessoas e comunidades a morar nessas áreas. Os lotes foram quase todos ocupados apenas no papel por pessoas desconhecidas na região, muitas das quais sequer eram agricultores. Dito de outra maneira: muitas terras foram tituladas a favor de terceiros, os quais não chegaram a tomar posse das mesmas.

O IDAGO não teria encontrado dificuldades em concretizar as fraudes, pois os posseiros e indígenas além de não possuírem títulos, não se preocupavam até então com a delimitação das terras que ocupavam. Para eles pouco importava um papel escriturado, pois o que legitimava o seu domínio sobre a terra eram a ocupação e o trabalho desenvolvidos nela. A percepção dos proprietários e da Justiça local, contudo, era diferente e em desacordo com os interesses dos antigos ocupantes da região.

Posseiros e indígenas – em sua grande maioria pessoas analfabetas ou com baixa escolaridade – não tinham conhecimento das leis e tampouco gozavam das condições de fazer representar seus interesses nas instâncias jurídicas. Aproveitando-se disso, fazendeiros e grileiros que possuíam relações estreitas com pessoas influentes no poder judiciário, apresentavam seus requerimentos aos governos e eram atendidos (MELLO, 2006, p. 34).

De acordo ainda com Barbosa (1996, p. 15-16), o IDAGO distribuía lotes a apadrinhados e a intermediários que os revendiam em Goiás e em outros estados, como São Paulo e Minas Gerais. Eram emitidas escrituras em nome de posseiros fictícios, que depois faziam a sua transferência. Esta política foi chamada pelo referido autor de "grilo oficializado".

O estudo de Valverde e Dias, publicado em 1967, verificava que 80% das terras do município de Cristalândia eram terras devolutas

naquela época. Nesse caso, sobretudo, tratava-se de áreas de várzea, formadas por pastagens naturais, que na estação seca eram utilizadas por fazendeiros dos arredores de Gurupi para o pastoreio do gado. A agricultura de subsistência predominava em todo o vale médio do Araguaia, na qual o arroz era o principal cultivo (VALVERDE e DIAS, 1967, p. 251-252). Segundo Cavalcante (1999, p. 22), somente a partir da década de 1970 é que vai se tornar significativa a presença de investimentos governamentais no norte de Goiás, cujo propósito era modernizar a produção dessa região e incorporá-la ao mercado nacional, na condição de produtora de bens voltados para a exportação.

Com a consolidação do domínio dos latifúndios na década de 1970, as áreas de colonização espontânea começaram a gerar um êxodo (MARTINE, 1978, p. 62-63). A grilagem de terras no norte de Goiás teve relação direta com a migração de um grande contingente de camponeses das áreas rurais para as cidades próximas, conforme explicam os autores abaixo citados:

> [...] parte expressiva da população do campo teve sua terra usurpada pela grilagem, seja para reserva de valor, seja para implantação de pasto, fazendo com que, após a expulsão do campo, buscasse alternativas de sobrevivência e se aglomerasse em núcleos, configurando uma urbanização dissociada de condições qualitativas. (AJARA *et al.*, 1991, p. 8).

Portanto, esta foi a origem da atual estrutura fundiária de parte do antigo norte de Goiás, atual estado do Tocantins, e este processo explica a origem de muitos conflitos pela posse da terra que ainda existem na região.

O AVANÇO SOBRE OS TERRITÓRIOS INDÍGENAS E SEUS IMPACTOS

A partir da década de 1970, vários projetos de agricultura irrigada para a produção de soja, arroz e melancia foram instalados nas proximidades de terras indígenas. Esses empreendimentos contaram com apoio do governo estadual. Todavia, o dano ambiental por eles causado foi e ainda é bastante grave. Nas proximidades da Ilha do Bananal, por exemplo, em seu lado leste, foram construídos canais que drenam grande

quantidade de água dos rios Formoso e Javaés para irrigar lavouras. Com isso, diminuiu sensivelmente a vazão desses rios e causou a redução da quantidade e diversidade de peixes. Além disso, quando chove os intensivos agrícolas despejados nas plantações escoam para o leito cursos d'água e provocam sua contaminação. Essa situação afeta seriamente a vida de grupos indígenas, como os povos Javaé e Krahô-Kanela, que vivem nas imediações desses rios e têm na pesca e na captura de quelônios a fonte básica de sua alimentação.

Para viabilizar a implantação do Projeto Rio Formoso, no final dos anos 1970, o Governo de Goiás desapropriou de forma arbitrária uma área de 65.000 hectares, mediante o artifício jurídico do interesse social. Alegou que seriam beneficiadas populações de baixo poder aquisitivo. Entretanto, o que se viu foi o assentamento de fazendeiros de fora da região, ocupando áreas de médio e grande porte, associados em cooperativas que, na verdade, funcionavam em caráter empresarial para a produção de arroz e soja. De acordo com Ajara *et al.* (1991, p. 25), o aparato tecnológico transplantado para o local causou um profundo impacto sobre o meio ambiente, e afetou a fauna e agravou a degradação ambiental em torno da Ilha do Bananal.

Aqui se percebe o quanto o Estado Nacional também atua na manutenção do *colonialismo interno* em benefício de grupos e pessoas, os quais dispõem de poder econômico e político e estão ligados às *frentes de expansão*.

Barbosa (1996, p. 16-17) também informa que ocorreram inúmeros casos de ocupação de forma fraudulenta de grandes extensões de terra por parte de empresas agropecuárias, o que deflagrou conflitos com posseiros e indígenas. Também menciona como exemplo o caso da fazenda Canoanã, com uma área de 135.972 hectares, localizada à margem direita do rio Javaés, que era habitada pelos índios da etnia Avá-Canoeiro.

Na década de 1970, os indígenas foram retirados dali por uma empresa que se apossou da terra. Em seguida, os vestígios materiais da presença desses índios no local foram destruídos e ali foi dado início a criação de gado. Até então, os Avá-Canoeiro viviam praticamente isolados do contato com a população regional. Expulsos de seu território, os integrantes do grupo que sobreviveram se refugiaram na Ilha do Bananal, território dos índios Javaé e Karajá. Um pequeno grupo foi

instalado em 1973 pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio) em uma aldeia localizada às margens do rio Javaés, onde vivem até hoje. Com os Krahô-Kanela, dessa mesma região, ocorreu um processo semelhante. Uma grande empresa teria se apropriado da área onde esses índios viviam e em seguida os expulsou do local (SALERA JR., 2006).

De acordo com Toral (2002, p. 10-11), do território que os Karajá e Javaé ocupavam no início do século XX, restou-lhes apenas de 40 a 50% da área original. Hoje em dia, a área demarcada para esses índios corresponde à quase totalidade da Ilha do Bananal. Entretanto, no passado estiveram presentes também em algumas áreas adjacentes à Ilha, onde faziam expedições de caça, pesca e coleta. No final dos anos 1950 e início da década de 1960, fazendeiros criadores de gado, oriundos Goiás, Mato Grosso e São Paulo, começaram a se instalar maciçamente no território tradicional desses índios e geraram conflitos com eles (TORAL, 1999, p. 20). Também nessa época, os Javaé começaram a ser constantemente perturbados por caravanas de pescadores clandestinos que, deslocando-se a partir da BR-153, passaram a frequentar rotineiramente as lagoas no interior da Ilha (*Ibid*, p. 24).

A partir dos anos 1960, fazendas e retiros dos arrendatários que se instalaram na Ilha do Bananal, sobrepuseram-se a locais de aldeias, cemitérios e roças indígenas, e forçaram os nativos a se retirarem dali. As aldeias situadas às margens do rio Javaés foram as mais afetadas (TORAL, 1999, p. 21). Nas palavras do referido autor:

> Esse processo de ocupação das terras Javaé pela pecuária prosseguiria em ritmo acelerado de 1960 a 1980, quando chegou a seu ponto máximo. Nessa data havia de 14.600 a 15.000 pessoas vivendo da pecuária e estabelecidas no interior da Ilha do Bananal, segundo cálculos da SUCAM [...]. A parte oriental da Ilha do Bananal [...] foi sempre a área mais ocupada pelos criadores regionais. [...] No lado Javaé os "lotes" dos invasores eram menores, as "fazendas" eram contíguas e existia uma disputa entre criadores pelas melhores áreas. (*Ibid*).

A expansão da pecuária abria pastagens sobre áreas de cerrado e de matas. Disso resultou o devassamento de paisagens e ecossistemas locais. Esta situação, inclusive, gerou mudanças nos microclimas da região

e agravou o cenário ecológico de uma região onde predominam solos de baixa fertilidade natural e rápido esgotamento. Em consequência do contato interétnico e das pressões registradas, os Javaé sofreram com a disseminação de doenças e passaram por um processo de depopulação, situação esta somente revertida mais recentemente (*Ibid*, p. 22).

Em tempos passados, a própria FUNAI permitiu a ocupação irregular da Ilha do Bananal por terceiros e o arrendamento de terras indígenas para a criação de gado mediante a cobrança de uma taxa. Na década de 1990, o órgão mudou a sua orientação e promoveu a retirada de centenas de posseiros, retireiros e fazendeiros do local. No entanto, por falta de uma fiscalização contínua e eficaz, a área aos poucos volta a ser invadida por terceiros, cujos interesses são contrários aos dos indígenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As consequências negativas do avanço da *frente pioneira* pelo Médio Araguaia-Tocantins, iniciado nos anos 1960, fazem-se sentir até os dias atuais naquela micro-região. Prevalece ainda uma grande concentração fundiária e de recursos financeiros, resultado do colonialismo interno ali instalado. Os danos ambientais causados aos ecossistemas locais devido à intensificação da agropecuária nos moldes capitalistas são graves. Recentemente foram um pouco minimizados graças à atuação das agências fiscalizadoras e do Ministério Público Federal.

Com o avanço do capitalismo no campo, de uma maneira geral as condições de vida dos trabalhadores piorou, sobretudo em relação aos ex-posseiros, camponeses pobres e indígenas. Este é, com efeito, o saldo do *colonialismo interno* no antigo norte de Goiás, atual Tocantins. Não obstante a esta consideração, este processo histórico não é algo estanque e situado no passado. Atualmente os povos indígenas estão cada vez mais organizados em movimentos étnico-sociais e reivindicam, com maior veemência e poder de pressão política, seus direitos, muitos dos quais são desrespeitados desde a construção da rodovia Belém-Brasília.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Maria do Amparo A. Integração das terras do Centro-Oeste: o caso de Goiás. **Estudos**, Goiânia, v. 34, n. 9/10, p. 783-802, 2007.

AJARA, César *et al*. O Estado do Tocantins: reinterpretação de um espaço de fronteira. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 4, p. 5-48, 1991.

ASAD, Talal (Ed.). **Anthropology & the Colonial Encounter**. New York: Humanities Pres.; London/New York: Routledge, 1973.

ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen. **The Post-Colonial Studies Reader**. 2. ed. London/New York: Routledge/Taylor & Francis Group, 2006.

ASSELIN, Victor. **Grilagem**: corrupção e violência em terras do Carajás. Petrópolis: Comissão Pastoral da Terra/Vozes, 1982.

BARBOSA, Ycarim M. Conflito pela posse da terra, posseiros X a grande empresa fazenda Pantanal de Cima. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 9/10, n. 1/2, p. 121-126, 1989/1990.

BARBOSA, Ycarim M. **As políticas territoriais e a criação do estado do Tocantins**. 1999. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

BECKER, Bertha K. **A implantação da rodovia Belém-Brasília e o desenvolvimento regional**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS LATINO-AMERICANISTAS, 1. Colômbia, 1977. Versão preliminar, p. 32-46.

BENSA, Alban. **La fin de l'exotisme.** Essais d'anthropologie critique. Marseille: Anacharsis, 2006.

BEZERRA, Luiza M. C.; CLEPS JR., João. O desenvolvimento agrícola da região Centro-oeste e as transformações no espaço agrário do estado de Goiás. **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v. 2, n. 12, p. 29-49, 2004.

BHABHA, Homi K. 2003. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. 2. reimp. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

BORGES, Barsanulfo G. A rodovia Belém-Brasília e a integração do norte goiano. **Revista de História (UNESP)**, Franca, v. 5, n. 2, p. 149-171, 1998.

BRITO, Eliseu P. de. **O papel de Palmas-TO na Rede de Integração Regional**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2009.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **A sociologia do Brasil indígena**. Brasília: Editora da UnB, 1978.

CAVALCANTE, Maria do E. S. Rosa. **Tocantins**: o movimento separatista do norte de Goiás 1821-1988. São Paulo: AnitaGaribaldi/Editora da UCG, 1999.

FABIAN, Johannes. **Language and colonial Power**: the appropriation of Swahili in the Former Belgian Congo, 1880-1938. Foreword by Edward Said. 1. Rep. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1991a.

_____. **Time and the Work of Anthropology.** Critical Essays. 2. ed. Chur (Switzerland): Harwood Academic Publishers, 1996.

_____. **Anthropology with an Attitude.** Critical Essays. Stanford: Stanford University Press, 2001.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** Prefácio de Jean-Paul Sartre. Tradução de José Laurênio de Mello. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FERNANDES, Arissane D. **A dinâmica da fronteira agrícola em Goiás (1970-1985)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. Sociedad plural, colonialismo interno y desarrollo. **América Latina** - Revista del Centro Latinoamericano de Ciencias Sociales, México-DF, n. 6, v. 3, p. 15-32, 1963.

_____. **Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. Colonialismo interno [una redefinición]. In: BORON, A. A. et al. (Comp.). **La teoría marxista hoy**: problemas y perspectivas. Buenos Aires: Clacso, 2006. p. 409-434.

GUIMARÃES, Luiz S. P.; INNOCENCIO, Ney R.; BRITO, Sebastiana R. de. Organização agrária e marginalidade rural no Médio Tocantins-Araguaia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2. p. 227-361, 1984.

HOLANDA FERREIRA, Aurélio B. de. **Novo Dicionário Eletrônico Aurélio – Versão 5.0.** Versão eletrônica revista e ampliada do Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa correspondente à 3. edição, 1. reimpressão. São Paulo: Positivo, 2004.

KOTSCHO, Ricardo. **O massacre dos posseiros**. Conflito de terras no Araguaia-Tocantins. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LISITA, Cyro. Fronteira e conflito: o processo de ocupação das terras de Goiás. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 16, n. 1, p. 29-40, 1996.

MARTINE, George. Migrações internas e alternativas de fixação produtiva: experiências recentes de colonização no Brasil. **In:** ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 1., 1978, Campos do Jordão, SP. **Anais...** v.1, p.51-88. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1978/T78V01A02.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2007.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Não há terra para plantar nesse verão**: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político no campo. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. **Estudos Históricos** - Departamento de História/Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Marília-SP, n. 10, p. 33-41, 1971.

NETO, Antônio T. Os caminhos de ontem e de hoje em direção a Goiás-Tocantins. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 21, n.1. p. 51-68, 2001.

PACHECO DE OLIVEIRA, João (Org.). **Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Marco Zero/Editora UFRJ, 1987.

_____. **Indigenismo e territorialização**: poderes rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998a.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998b.

_____. **Ensaios em antropologia histórica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

PELS, Peter. The Anthropology of Colonialism: Culture, History, and the Emergence of Western Governmentality. **Annual Review of Anthropology**, n. 26, p. 163-183, 1997.

_____. What has anthropology learned from the anthropology of colonialism? **Social Anthropology**, n. 16, v. 3, p. 280-299, 2008.

PRODIAT. **Desenvolvimento urbano na região do PRODIAT**. Brasília, 1985. (Série Estudos e Pesquisas, 16).

SALERA JR., Giovanni. 2006. Índios Krahô-Kanela: uma história de luta. **Jornal Chico**, Gurupi-TO, n. 13, p. 05. 1º maio 2006. Disponível em: <http://recantodasletras.uol.com.br/ensaios/279250>. Acesso em: 22 out. 2008.

SAID, Edward W. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Descolonizing Methodologies.** Research and Indigenous Peoples. 8. imp. London/NewYork: Zed Books; Dunedin: University of Otago Press, 2005. (History of Anthropology, 7)

STOCKING JR., George W. (Ed.). **Colonial Situations.** Essays on the Contextualization of Ethnographic Knowledge. Madison: The University of Wisconsin Press, 1991.

TORAL, André A de. **Diagnóstico socioambiental das comunidades Karajá e Javaé da Ilha do Bananal (TO)**. Brasília: Instituto Ecológica, 2002.

_____. **Relatório de identificação e delimitação da terra indígena Inãwébohona**. Brasília: FUNAI, 1999. 138p. *mimeo*.

VALVERDE, Orlando; DIAS, Catharina V. **A rodovia Belém-Brasília**: estudo de geografia regional. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.

WILLIAMS, Patrick; CHRISMAN, Laura (Ed.). **Colonial discourse and post-colonial theory**: a reader. New York: Columbia University Press, 1994.